

# IX.

## DESAFIOS DO PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA PARA A FORMAÇÃO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: novos tempos, velhas questões<sup>153</sup>

Rafaela de Souza Ribeiro

### INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a trajetória do projeto de ruptura construído pela categoria profissional ao longo do período conhecido como movimento de reconceituação do Serviço Social. Dessa forma, destacamos os enfrentamentos políticos, culturais e ideológicos que a categoria atravessou a fim de consolidar um perfil profissional crítico ao projeto dominante e qualificado para construir de forma permanente o chamado projeto ético e político profissional e como se configura essa ruptura na formação atual no contexto neoliberal

No Serviço Social brasileiro, o movimento marcado pela retomada da crítica e da ciência ganhou fôlego com a abertura política pós ditadura civil-militar na chamada Nova República. Tal movimento reaparece no cenário da profissão com um discurso mais ou menos sólido, onde, mesmo sob os moldes do neoliberalismo, aponta para a possibilidade de romper com o lastro conservador que, até então, pairava no discurso acadêmico do Serviço Social. Esse período é marcado por uma ampla participação e mobilização da sociedade, e dos assistentes sociais, tanto em temas mais amplos, quanto no tocante às pautas internas da profissão.

Contudo, não podemos esquecer que as camadas dominantes do bloco de poder, saíram da ditadura com um novo pacto para pensar os rumos da economia e da política no Brasil: o pacto de dominação pelo mercado com aparente teor democrático, porém conciliatório e meritocrático.

Fernandes (1975) apontou algumas características do projeto de abertura política no Brasil, que então apenas iniciava, um projeto proposto pelo regime militar para enfrentar as crescentes dificuldades econômicas e políticas. A implementação desse projeto significou apenas que a autocracia burguesa levava a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação. Ou seja, o regime buscava perpetuar-se no

---

<sup>153</sup>O presente texto é parte integrante da tese de doutorado intitulada: *A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação* (1994-2014) defendida no programa de pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Teve como objetivo analisar um período de 20 anos da produção acadêmica da profissão em três periódicos de grande circulação da área classificado pelo sistema CAPES como *Qualis A1*: a Revista Serviço Social & Sociedade (publicada pela editora Cortez), a Revista Katálysis vinculada ao PPGSS da UFSC e a Revista de Políticas Públicas da UFMA- onde foram analisados apenas artigos completos publicados. Como resultado principal, mapeou um total de 1234 artigos, onde apenas um percentual de 1,4% do total abordava o tema da cultura (27 artigos).

poder por meio da cooptação de alguns segmentos moderados da oposição, mas sem abandonar, a natureza essencialmente autocrática<sup>154</sup>.

Segundo Fontes (2010, p. 278), a forma de expansão do capitalismo na segunda metade do século XX, o capital imperialismo, se espalhou pra sociedades secundárias implantando-se a partir das condições de forte dependência, embora de maneira desigual segundo as especificidades culturais dos países. Esse avanço das novas expropriações capitalistas não ocorria apenas no Brasil, incidindo de maneira desigual inclusive nos países centrais. A classe trabalhadora em processo de reconfiguração, posta em concorrência no cenário internacional, mas encapsulada politicamente em âmbito nacional, não elaborara instituições capazes de reconfigurar suas formas de luta na mesma escala.

A sociedade civil e o Estado - numa leitura mais contemporânea acerca da noção de Estado em Gramsci, poderíamos designar apenas Estado ampliado (GRAMSCI, 1999) - têm suas funções complexificadas ao longo de todo século XX, assumindo “novos papéis” na sociedade e revelando novos personagens. Esse novo direcionamento é levado à cabo sob os moldes de um projeto do capital – podemos acrescentar aqui o protagonismo do assistencialismo e das ONGs, do terceiro setor etc. – que coloca em xeque as políticas sociais públicas, apontando para retração dos direitos, embora, muitos avanços já tivessem registrados na carta constitucional de 1988, principalmente com relação à política de saúde com diretrizes universalizantes e também à política de assistência social, incluída agora no campo dos direitos sociais (FONTES, 2010).

É importante ressaltar nesse cenário o debate de uma “terceira via”, inclusive no campo intelectual onde a pobreza volta a ser tratada pelos aparelhos privados de hegemonia-nacionais e internacionais- como um fenômeno isolado e não como um processo e produto das relações sociais no capitalismo, como nas palavras de Fontes, “[...] destroçando direitos em nome da urgência e da miséria.” (FONTES, 2010, p. 277).

Os avanços a que nos referimos anteriormente são alavancados com o exaurimento da ditadura, com o processo de redemocratização em meio ao novo cenário político macro-econômico e particularmente com a Constituição de 1988, ocasionando profundas mudanças, dentre elas, a criação de um sistema público de Seguridade Social, integrado pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, mas que foram capitaneados pelo novo cenário político e econômico. De acordo com Mota (2018), os trabalhadores em geral e os segmentos pauperizados passam a ter acesso às políticas de proteção social públicas como direitos sociais, objeto da luta de classes. Nesse lastro, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando como um administrador dos ciclos de crise, o que não ocorre sem contradições entre os diferentes interesses em disputa. Assim, é por meio da política social que “[...] o Estado busca administrar as expressões da questão social, de modo a atender demandas de várias ordens, inclusive dos trabalhadores, para assegurar condições necessárias ao desenvolvimento monopolista do capital.” (NETTO, 2009a, p. 26).

---

<sup>154</sup>Podemos destacar aqui as mesmas análises que Gramsci propõe sobre transformismo na Itália e a revolução pelo alto ou revolução passiva. Coutinho (2012) nos lembra que “ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo — e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social —, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes) (COUTINHO, 2012).

Segundo Iamamoto (2007), nesses anos, o Serviço Social ao se colocar como objeto de sua própria pesquisa, encontra-se concomitantemente, com uma ampla gama de preocupações que o envolve, mas também o extrapolam, concernentes às relações entre Estado e sociedade Civil nos quadros da expansão capitalista dos monopólios sob a hegemonia das finanças. Assim os agentes profissionais, não puderam se furtar dos debates que os atingiam duplamente, enquanto categoria profissional e parte da classe trabalhadora.

As políticas sociais que já nesse momento se constituíam como lócus principal de atuação profissional, passaram a ser alvos prioritários de desmonte e sucateamento em face da hegemonia do projeto societário implementado “pelo alto” e aprofundado pelo direcionamento econômico e político dos aparelhos multilaterais. A própria realidade impingia a necessidade de uma vinculação estreita com um projeto de classe específico, o que foi central para a ruptura com posicionamentos conservadores, idealistas e a-históricos que a categoria se vinculou nos primeiros anos do movimento de reconceituação.

Na órbita do neoliberalismo, o Estado brasileiro foi dando ênfase ao enxugamento dos seus aparelhos e muitos profissionais foram absorvidos por ONGs e pelo terceiro setor em geral, uma vez que seu crescimento exponencial pode ser verificado no início da década de 1990, recolocando no seio da categoria o debate acerca da natureza das instituições e sua relação com a condição de assalariamento, temerosos com o impacto na chamada relativa autonomia técnica (IAMAMOTO, 2008).

Como aponta Fontes (2010), o debate político do terceiro setor estava distante de uma perspectiva de classe e de participação popular, assumindo por completo uma versão tecnicista e de construção de novos indicadores para gestão do “fenômeno pobreza”.

No interior da categoria, o debate possibilita em alguma medida a construção de críticas mais totalizantes indo de encontro, inclusive, com as propostas anteriores próprias dos primeiros anos do movimento de renovação da profissão, favorecendo uma guinada em direção a uma perspectiva criticamente consistente ancorada em princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, que não poderiam mais estar dissociados nem nos espaços de formação, nem nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, para o que as ações da ABEPSS<sup>155</sup> são a melhor expressão.

Neste sentido, discutiremos inicialmente os elementos que determinam uma nova configuração profissional numa conjuntura adversa, em que se avança na superação dos elementos conservadores ao tempo que se recrudescem os ataques aos direitos e posteriormente apresentaremos um panorama da formação em Serviço Social no Brasil para compreendermos os desafios postos em tempos ultraneoliberais e seus rebatimentos no trabalho do

---

<sup>155</sup>Criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis. (Relatório GTPS sobre os Fundamentos do Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-3/>. Acesso em : .

Assistente Social. E encerramos apontando a relevância do debate de cultura para a categoria profissional

## **1. APONTAMENTOS CONJUNTURAIS ACERCA DA NATUREZA E ORIGEM DO PROJETO DE RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL**

Os anos 1980 e 1990 apresentaram diversas mudanças para o cenário brasileiro em geral e para o Serviço Social. De maneira controversa, as conquistas no campo social nesse período significaram um “avanço dentro da ordem”. A nova esterilização das reivindicações sociais se realizaria, porém, sob outro formato, de cunho parlamentar, no qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática.

Vista com o recuo que quase trinta anos permitem, a década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos 1990 evidenciam uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira, que, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante de uma conjuntura de *novo tipo*, na qual conjugavam-se lutas populares fortes com a necessidade burguesa de estabilização de um formato político de tipo *democrático-representativo*. Vários elementos entram nessa conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação galopante, que cobrava seu custo, sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrava em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão no interior dos movimentos populares que cresciam na direção de uma superação da ordem até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo “democrático”, mas carregavam um teor socializante. (FONTES, 2010, p. 322 – grifo nosso).

Ocorre um ciclo de conferências da ONU na década de 1990 admitindo a participação de entidades associativas, filtrando e catalisando setores da sociedade civil em ambiente cosmopolita, distanciando-se das reivindicações internacionais voltadas para os novos conteúdos de classe no plano internacional, o mesmo ambiente se aproximava de novas fontes empresariais de recursos e do financiamento de seus estados de origem.

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o Banco Mundial. Sua pauta exigia centralizar as eleições, reforçar as garantias da propriedade e aprofundar o “gerenciamento”, inclusive dos conflitos, sendo o “alívio à pobreza”, e a garantia da “segurança”, as políticas norteadoras do Banco Mundial. Tratava-se, portanto, de admitindo-se a existência da pobreza (separadas das relações sociais que exacerbam as desigualdades), incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem através da sua participação na gestão de recursos escassos. (FONTES, 2010, p. 281).

A expansão do capital nesses tempos atua em diferentes níveis, a começar pela existência concreta de uma população expropriada de maneira múltipla e brutal, colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade espúria para o mercado, pelo desemprego ou por uma cascata de predatórias formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada, em nível secundário, também de direitos, se depara com um mercado como única instância comum a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais.

Nesse lastro, identificamos um avanço teórico e político da profissão edificando um novo projeto profissional para o Serviço Social no país. O novo debate sobre teoria, história e método extrapola a antiga ênfase unidimensional, correlacionando o pensamento profissional à questão social e à dinâmica da sociedade de classes.

Nessa conjuntura, o amadurecimento do projeto ético e político da profissão escancara sua relação tensa e controversa com o estatuto de assalariamento. O que significa a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível superior e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Por outro lado,

[...] aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2007, p. 415).

A direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, conta com o fundamental respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que orientam competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias para sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional, associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida.

O avanço desse processo de maturação intelectual não deixa de ser um legado dos debates travados pelo conjunto da categoria profissional desde início da década de 1980, conforme tratou Netto (2011). O amplo debate envolvendo os dilemas da relação teoria e prática e a importância do resgate de uma atuação crítica e propositiva sublinha, além da necessidade de rigor teórico, o compromisso com as estratégias de luta da classe trabalhadora e com uma proposta de atuação profissional não mais restrita ao plano das ideias, mas que avance para o tensionamento entre as amarras institucionais e as demandas do mercado de trabalho.

Com efeito, o debate da metodologia nos delegou uma tarefa quanto aos desafios para superação desse dilema e para a necessidade de abordar o campo de mediações que incide entre as diversas totalidades na análise da realidade concreta: transitando entre as esferas micro e macrosocietária, estrutura e superestrutura social, aparência e essência dos fenômenos, como parte de um mesmo processo. Assim, para o Serviço Social, debruçar-se

sobre o método de Marx parecia um caminho profícuo para o rompimento com suas origens conservadoras. O que não ocorreu de maneira tão simples. Como destaca Netto (2011),

[...] o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade. (NETTO, 2011, p. 45).

Essa aproximação mais madura com a teoria social crítica impulsionou a profissão a um novo patamar acadêmico, dando envergadura à questão social como campo da profissão e sua análise a partir das leis da dinâmica da acumulação capitalista<sup>156</sup>. O reconhecimento do campo do trabalho como parte de uma totalidade complexa expressa para o pesquisador/profissional um universo concreto de elaboração teórica e abre espaço para o debate das determinações históricas da profissão e da sua inserção como parte da totalidade. Assim, os eixos do debate brasileiro, constantes da produção acadêmica do período considerado, incidem sobre a inserção histórica do Serviço Social na sociedade brasileira, desdobrando-se na reconstrução histórica do desenvolvimento da profissão no país, ou em um aprofundamento das determinações e efeitos sociais do trabalho e da formação profissional (CARDOSO, 2015).

Como um movimento heterogêneo em sua forma e conteúdo segue carregado de ecletismo teórico deixando marcas profundas até os dias atuais que impactam diretamente o exercício profissional e a produção de conhecimento favorecendo a retomada do velho conservadorismo, mas agora, sob novas moldes.

É importante ressaltar que a necessidade de avaliar a profissão em sua historicidade, expressa no debate dos anos 1980 e 1990, não significa impor uma dimensão linear de evolução onde a superação do conservadorismo está dada, uma vez alcançada a maturidade intelectual e consolidação de espaços de formação de alto nível. Contudo, o estudo dos fundamentos da profissão inserido na dinâmica da sociedade de classes e sua cultura subjacente, permite aos assistentes sociais, no lastro da renovação, uma apropriação marxista da história, um redimensionamento do passado para pensar o futuro, ainda que não exclusiva e homogeneamente.

Os espaços de formação, desde o movimento de reconceituação, são espaços vistos pela categoria profissional como estratégicos para o alinhamento de “novas propostas” e “novos saberes” à realidade das classes subalternas, portanto espaços de construção de

---

<sup>156</sup>É preciso salientar que apesar do debate da reconceituação ter se concentrado entre as décadas de 1960 e 1990, esse movimento não pode ser entendido como um movimento acabado, mas como um processo e não um fenômeno estático. Sua conexão com o debate dos fundamentos teóricos e históricos do Serviço Social e com as estratégias de superação do capitalismo e do ultraneoliberalismo dos dias atuais deve estar alinhada com todo o aparato que não só institucionaliza o Serviço Social como profissão, mas também que direciona o trabalho profissional a partir de uma postura crítica e questionadora da ordem, tendo em vista a necessária implicação social das práticas e a inexistência de neutralidade técnica e científica, conformando a ideia de unidade entre as três principais dimensões do exercício profissional.

hegemonia. As diretrizes curriculares da ABEPSS, do ano de 1996, configura uma experiência fértil e reafirma os pressupostos do currículo de 1982 expressando a decisão coletiva de avançar na teoria social crítica e do método que lhe é próprio (KOIKE, 2009). Com efeito, nos anos 1990, as diretrizes são portadoras da direção intelectual e ideopolítica da profissão, como verdadeiros aparelhos hegemônicos legitimados pela categoria a partir de um viés de classe e dos interesses coletivos voltados para a emancipação humana.

A construção dessa proposta aprovada em assembleia geral das unidades formadoras da graduação e pós-graduação em 8/11/1996, foi referendada pela comissão de especialistas do MEC em 1999 e homologada em 2001, tendo sua regulamentação através de resoluções específicas, finalmente no ano de 2002. Desde o momento de sua implementação sofre inúmeros reveses, desde órgãos reguladores como o MEC e o Conselho Nacional de Educação (onde ocorreu uma longa tramitação para aprovação - de 1997 a 2001), até os dias atuais no interior das IES. O conflito envolvia a contraposição ao viés crítico e as propostas amplas de defesa da educação pública do projeto profissional crítico frente à ofensiva neoliberal do projeto burguês em curso.

De acordo com a ABEPSS, o MEC ao publicar o texto de homologação retira conteúdos fundamentais (IAMAMOTO, 2014) na composição dos projetos pedagógicos das unidades de ensino. Ao fazê-lo fere os conteúdos das dimensões teórico-metodológica e ético-política do projeto de formação e exercício profissional. No entanto, apesar do contexto que dificultou a aprovação das diretrizes na íntegra por parte desses órgãos, os princípios mais relevantes permanecem expressos de maneira clara nas diretrizes curriculares onde pode ser localizada a gênese do projeto ético-político profissional<sup>157</sup>.

Podemos destacar que o pressuposto central das diretrizes curriculares é a orientação de uma nova lógica curricular organizada em três núcleos de formação: fundamentos de teórico-metodológicos da vida social; núcleos de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os conteúdos articulados no interior dos núcleos de fundamentação são complementares e articulados entre si, de forma dinâmica. A proposta vai na direção de superar a fragmentação ensino-aprendizagem, rompendo assim com uma visão formalista do currículo, antes reduzido às matérias e disciplinas. Nesse sentido, Iamamoto (2014) ressalta que

---

<sup>157</sup>“O projeto ético-político está expresso em documentos, considerados centrais para a efetivação do exercício profissional, como as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, o Código de Ética profissional e a Lei de regulamentação da profissão. As diretrizes curriculares – partem de uma concepção de educação e sociedade referenciada na “construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero”, o que “supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”, princípios balizadores do código de ética de 1993. Logo, as diretrizes curriculares de 1996, o código de ética profissional, e a lei de regulamentação da profissão de 1993 (lei nº 8662/93), são os principais balizadores do projeto ético-político profissional” (ABEPSS/CEFSS, 1996). Vale destacar que o PEP, além de contar com esse aparato jurídico vinculado a profissão, também conta com um aparato jurídico político de caráter mais abrangente, o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal. Este foi proposto pela ABESS em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceitualização latino-americano. O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao *Social Work*, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade (IAMAMOTO, 2014).

[...] as diretrizes curriculares do curso apontam para a construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteada pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições. (IAMAMOTO, 2014, p. 4).

Todo esse lastro, de meados dos anos de 1970 até o final dos anos de 1990, marcadamente de acúmulo teórico e político, pode ser considerado como um período em que o Serviço Social além de reafirmar seu compromisso com valores radicalmente democráticos como liberdade, justiça social, coloca os profissionais diante do desafio de uma atuação comprometida com os interesses da classe trabalhadora e, nesse sentido, realça a necessidade de uma análise crítica da sociedade burguesa a fim de travar lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2009).

Essa análise permite perceber um giro importante na profissão, migrando para formação de um perfil de bacharéis em Serviço Social com posicionamento mais próximo da realidade e do modo de vida dos sujeitos inseridos numa dinâmica de totalidade, assim como, do entendimento de seu cotidiano e dos valores que os orientam, reafirmando o que está expresso nos doze princípios e nas cinco diretrizes da formação profissional<sup>158</sup>. Destacamos aqui três desses princípios que consideramos como fundamentais na formação desse novo perfil:

[...] adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de unidade, particularidade e singularidade; estabelecimento de dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão. (ABEPSS, 1996, s/n).

Esses princípios amparam as cinco diretrizes curriculares da formação profissional orientadoras de todos os cursos no Brasil e que implicam na indissociabilidade da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, enfatizando a

[...] apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que

---

<sup>158</sup>Vale destacar também a importância e centralidade das disciplinas de estágio supervisionado no nova proposta curricular impulsionando, inclusive, a criação da PNE (Política Nacional de Estágio), onde o estágio supervisionado, como atividade curricular obrigatória passa a contar com supervisão sistemática envolvendo de forma equivalente, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, o que reafirma o princípio de “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.



conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do serviço social no país; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade. (ABEPSS, 1996, s/n).

Para Iamamoto (2008) as diretrizes curriculares consolidam princípios norteadores para uma atuação profissional mais homogênea numa direção social estratégica e supõem uma formação profissional que imprime um perfil crítico, fundado em rigorosa competência teórica, ético-política e técnico-operativa, voltado para o conhecimento e transformação da realidade. Tais competências são requisitos fundamentais que permitem aos profissionais vislumbrarem os projetos societários incursos nas práticas sociais, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.

[...] a herança intelectual da profissão, deixou alguns vícios de análise: o pensamento formalista- a formalização no trato da teoria e do método; uma tendência empiricista e, portanto, descritiva e classificatória da vida social, que tende a não estimular a abstração como recurso heurístico fundamental para desvendar a sociedade; e, finalmente, uma forte marca do a-historicismo- a recusa da história, traduzida na busca de entender o Serviço Social em si e para si mesmo. (IAMAMOTO, 2008, p. 175).

Os vícios de análise a que a autora se refere são reforçados também, pela apropriação reducionista do pensamento de Marx que, durante muito tempo pairou no Serviço Social porque é uma profissão interventiva, se caracterizando como “metodologia de ação profissional”, o que leva a uma compreensão dicotomizada da metodologia do conhecimento e da metodologia da ação, o que resulta num marxismo sem Marx, e,

[...] partindo dessa premissa, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples aplicação do método de Marx, que haveria de solucionar todos os problemas: uma análise econômica da sociedade forneceria a explicação do sistema político, das formas culturais etc. [...]. (NETTO, 2009, p. 669).

O significado social da profissão revela, nesse sentido, na leitura da vanguarda do movimento, uma importante chave a ser resgatada para decifrar os vínculos estreitos do trabalho profissional com a materialidade da vida social e a cultura produzida no capitalismo. Buscaremos então compreender como se configura a formação profissional no contexto de crise do capital e implementação do neoliberalismo.

## **2. O PANORAMA ATUAL DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL**

É importante sublinhar que além do amadurecimento intelectual e dos avanços sinalizados, a década de 1990, travada num duro embate contra a ofensiva neoliberal e de

recolocação dos grandes desafios profissionais para o Serviço Social, também é a década em que a dimensão investigativa ganha centralidade no debate acadêmico.

Essa ênfase orientará os caminhos para a realização de pesquisas científicas, levando ao próprio reconhecimento do Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais pelos órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação nacionais, como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq). Tal fato proporciona inclusive, a aproximação do Serviço Social às outras disciplinas na área das Ciências Sociais e Humanas, o que de fato favoreceu o adensamento das produções bibliográficas, com uma maior preocupação com o trato teórico e metodológico nas obras publicadas.

Essa concepção é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas, com as quais se procede a análise, fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de pensar. Ao contrário, as categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, de modos de ser, determinações da existência, dadas na realidade efetiva. Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de procedimentos para o conhecer e/ou o agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam retraduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seus processos de constituição e de transformação plenos de contradições e mediações (em sua totalidade). (IAMAMOTO, 2014, p. 622).

Efetivamente, a melhor aproximação à pesquisa cristaliza uma etapa de maturidade e de garantia de legitimidade profissional e acadêmica na área das Ciências Sociais, onde hoje se insere o Serviço Social como área de conhecimento. Ainda que a implantação da pós-graduação *stricto sensu* na área tenha cinco décadas, sua expansão é retomada nos anos de 1990, em ritmo maior que da década de 1970, com a criação de vários programas novos<sup>159</sup>.

Atualmente, 55,6% dos 36 Programas de Pós-Graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país, sendo 3 na região Norte, 12 na região nordeste, 12 na região sudeste, 6 na região sul e 3 na região Centro Oeste. Fazendo um balanço de acordo com o relatório quadrienal da CAPES da área 32- Serviço Social, em 2018, contabilizou-se 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio,

---

<sup>159</sup>Segundo dados da Capes “Nesse cenário, destaca-se a expansão recente dos Cursos de Doutorado (crescimento de 80%), um importante indicativo do processo de consolidação dos Programas criados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A criação de 28 novos Programas, a partir desse período, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil, nas últimas décadas, no intuito de romper com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem. Na sustentação científica dessa renovação, a Pós-Graduação exerceu um papel fundamental. Ressalta-se que, na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos PPG nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34). Acompanhando uma tendência interdisciplinar, os docentes são titulados tanto no âmbito do Serviço Social quanto em áreas afins (49,4% dos docentes são doutores em Serviço Social, seguindo-se Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia)”. (CAPES, 2019, p. s/n).

UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos.

Contraditoriamente, o crescimento e amadurecimento da profissão e seu amplo desenvolvimento enquanto área de pesquisa revela, a partir de uma análise no âmbito da formação, igualmente um aumento exponencial dos cursos à distância no âmbito da graduação, onde o ensino superior, nas palavras de Yamamoto (2007, p. 437) tende a ser reduzido “[...] ao treinamento, à transmissão de conhecimento, e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado.”, fator que se soma ao comprometimento da formação de quadros acadêmicos afinados com a orientação crítica e ético-política da profissão.

Essa tendência é compatível com a premissa de que o mercado- leia-se o capital- é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal de bem-estar da República. Ela tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo em que comprime o espaço público e amplia o espaço privado. (IAMAMOTO, 2007, p. 438).

A expansão do ensino superior brasileiro, a partir da década de 1990, respondeu à estratégia mercadológica do Estado neoliberal. Essas orientações se expressam no ensino superior brasileiro sob a bandeira da democratização do acesso, por meio do mercado na educação no país. Iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este projeto ganha novas formas a partir de 2003, através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos, indicando que o projeto de Reforma Universitária foi, de fato, uma prioridade na pauta de ação política dos governos, seguintes, do Partido dos Trabalhadores (LIMA, 2013).

A partir da década de 1990, os organismos multilaterais - Unesco, Banco Mundial, OCDE e a União Europeia - buscam um novo perfil do ensino superior *centrado na formação por competências*. A premissa é que os avanços da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea têm levado à "sociedade do conhecimento e da informação" num mundo "globalizado" e com vistas ao crescimento econômico no século XXI. O Banco Mundial (2003) salienta o *papel do conhecimento como principal motor para o desenvolvimento* e a necessidade de favorecer os compromissos das instituições de ensino superior com a *inovação* para melhor responder "às necessidades da economia e do mercado". (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

Essa medida ampliou sobremaneira o número de assistentes sociais diplomados no país. De acordo com o CFESS, o número de profissionais registrados no ano de 2018, foi de 189.686<sup>160</sup>. Comparando com o ano de 2007, destacado nos estudos de Yamamoto, podemos dizer que houve um crescimento massivo, uma vez que naquele ano o país totalizava 70.500 inscrições ativas nos conselhos. Esse crescimento mostra, sobretudo, o aumento de cursos

---

<sup>160</sup>Relatório Final do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS, setembro/ 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: .

universitários e faculdades isoladas, na modalidade educação à distância (EAD), o que pode ser considerado um revés importante ao PEP, tendo em vista os limites teóricos da formação intelectual nesses cursos.

Em 2018, o MEC/INEP<sup>161</sup> contabilizou o cadastramento de 330 cursos de graduação em Serviço Social. De acordo com o MEC,

[...] destaca-se a predominância das Instituições Privadas de ensino, que concentraram 263 dos 330 cursos de Serviço Social, número correspondente a 79,7% dos cursos avaliados. Considerando-se a Modalidade de Ensino, constata-se que a quase totalidade dos cursos - 306 dos 330 - oferece Educação Presencial. No entanto, a proporção de estudantes inscritos oriunda da educação presencial é 50,7% e 49,3% de estudantes da educação à distância. (MEC/INEP, 2018, s/n).

As entidades representativas da categoria registram de forma recorrente inúmeras irregularidades que atestam a ameaça desta modalidade de ensino ao perfil profissional preconizado pelo aparelho de hegemonia representado pelas Diretrizes Curriculares. Esse debate pode ser encontrado nas várias publicações das entidades nacionais do Serviço Social, destacadamente o Conselho Federal de Serviço Social, que por meio de notas públicas, manifestos, campanhas, ações judiciais e fiscalização permanente e minuciosa têm conseguido constatar e denunciar infrações, mesmo com todo o esforço das empresas educacionais em dificultar e impedir as ações do Conselho.

O EAD é parte da tendência dominante da política educacional que tem dado [...] ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber fazer, aprender a aprender) como o “eixo nuclear” da formação, utilizando a educação a distância como ferramenta preferencial da formação inicial e fazendo a “universitarização” nos institutos superiores de educação e nos cursos normais superiores, isto é, em instituições que não têm, na sua gênese, o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. (MAUÉS, 2006, p. 83).

Por outro lado, essa tendência mais geral não deixa de respingar na Política Nacional de Pós-graduação, através do Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, que organiza a pós-graduação brasileira, e seus efeitos vêm reorientando todo o modelo de educação superior no Brasil.

De acordo com Amaral (2012), as mudanças realizadas têm um significado particular importante na área de Ciências Sociais e Humanas. A expansão brutal do ensino privado em todos os níveis, a formação de uma cultura de competitividade e do produtivismo intelectual tem uma forte incidência na dinâmica dos programas de pós-graduação em Serviço Social, na direção social estratégica da formação em curso com o PEP, no redimensionamento do trabalho dos docentes e no cotidiano universitário (AMARAL, 2012).

---

<sup>161</sup>Relatório Síntese ENADE 2018- área: Serviço Social. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2018/Servico\\_Social.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Servico_Social.pdf). Acesso em: 24 ago. 2019.

Apesar das parcerias entre programas, o conteúdo do Plano aponta claramente para o fortalecimento de algumas “ilhas de conhecimento”, ou, para algumas áreas de conhecimento específicas, as chamadas ciências duras, cujo incentivo para a produção de tecnologias<sup>162</sup> e produtos são ampliados de acordo com demandas do mercado internacional. Exemplo disso é a própria metodologia de avaliação dos programas e de qualificação da produção científica, o sistema *Qualis*<sup>163</sup> da CAPES, que introduz forte competitividade entre instituições e docentes.

Nesse sentido, o debate crítico mais atualizado considera o Plano Nacional de Pós-graduação como uma extensão da lei de inovação tecnológica que, em igual medida, coloca a produção de conhecimento em conexão estreita com as demandas da economia, enfraquecendo a autonomia científica. De fato, o que se percebe é o incentivo aos padrões do mercado acadêmico, pensando a produtividade em termos quantitativos e inserida num contexto de reconhecimento internacional.

As consequências têm sido desastrosas se considerarmos, em conjunto, as principais formas de desmonte do ensino público abordadas por Lima (2013), onde reina o estímulo às privatizações, por meio da transferência de recursos públicos para instituições privadas, com financiamentos diretos, incentivos e isenções fiscais às empresas privadas envolvidas com a área de educação. Em contrapartida, as universidades públicas em decorrência da perda de investimentos provenientes do Estado, são sucateadas em sua estrutura física, na desvalorização dos recursos humanos envolvidos no processo educacional, na destruição da pesquisa, na sua unidade com o ensino e a extensão<sup>164</sup>.

Essa tônica tende a reduzir a universidade à disputa de espaços e projetos mais mantenedores da ordem vigente do que contestadores da mesma. Desde a década de 1990 esse cenário é constantemente reatualizado não só na política educacional, mas em todos os aparatos de proteção social, aprofundando o desfinanciamento das políticas sociais e reforçando a necessidade de socialização dos custos onde a classe trabalhadora é a que paga a maior parte. A estratégia de recuperação, agora mais “modernizada” se apresenta com o que vem se caracterizando como ultraneoliberal<sup>165</sup>, modelo que aprofunda as contradições do modo

---

<sup>162</sup>Isso merece ser pensado no âmbito da Lei de Inovação Tecnológica, que busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores, visa a uma maior interação universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às empresas. Esta lei prevê a participação do docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-o em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos (GUERRA, 2011).

<sup>163</sup>É preciso considerar que muitas vezes os temas mais importantes do ponto de vista local ou nacional não são de interesse de veiculação de revistas Qualis A1, pois não têm relevância no âmbito internacional.

<sup>164</sup>Em matéria recente veicula no site do ANDES/SN podemos observar a tônica da atual política do governo Jair Bolsonaro (PL) que aprovou um corte de R\$ 3,23 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC) de 2022. “A medida atinge todos os órgãos ligados à pasta, como institutos e universidades federais, que sofrerão um corte de mais de R\$ 1 bilhão, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os R\$ 3,2 bilhões representam um bloqueio linear de 14,5% no orçamento discricionário do MEC e unidades vinculadas, que somam R\$ 22,2 bilhões. Os recursos discricionários incluem despesas com funcionamento, obras, terceirização, contratação de serviços, assistência estudantil, por exemplo”. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao1>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>165</sup>A crise estrutural do capital já arrastada por décadas, produz, sobretudo a partir de 2008 uma grave crise financeira em nível mundial. No Brasil, desde o golpe de 2016 com a entrada de Michel Temer na presidência da República, as medidas contra reformistas são levadas à cabo com o objetivo de garantir uma “maior liberdade dos trabalhadores no mercado”, que acaba por impactar ainda mais na informalização e precarização do

de produção capitalista em sua fase imperialista recente. Nesse setor, evidencia-se um nefasto projeto de mercadorização da educação e perda do caráter de direito social.

O impacto para educação superior é uma progressiva redução do papel da ciência em conformidade com a função social da universidade de caráter público, gratuito e de qualidade e socialmente referenciada e, com isso, um amplo retrocesso na socialização e produção de conhecimento.

Nessa medida, é preciso ter em conta que o projeto vigente hoje na política educacional brasileira é parte de uma ideologia que compõe o atual bloco histórico. Na leitura de Gramsci, o Estado moderno ao substituir o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente, redefine suas práticas, tornando-se educador. Como destaca Neves e Sant’anna (2005, p. 56 – grifo nosso) “[...] na condição de educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma *pedagogia da hegemonia*, com as ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil.”. Essa interpretação original de Gramsci nos ajuda a compreender que toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (NEVES; SANT’ANNA, 2005).

A pedagogia da hegemonia, na qual se refere a autora, vem sendo desenvolvida nesses trinta anos de neoliberalismo, mediada pela racionalidade instrumental e pelo aparelhamento político da universidade, a qual se transforma em um aparelho privado de hegemonia da ordem, expressa na definição de inovadoras capacidades e competências para inseri-la no *ranking* internacional.

Exemplo disso é a discussão que vem sendo feita sobre os diagnósticos e as exigências dos ranqueamentos internacionais e a formação de ilhas de excelência que se constroem por dentro das universidades, em meio a cursos/programas que disputam os poucos recursos institucionais de capital e custeio, para funcionarem em condições mínimas. Discurso também responsável pela criação de uma cultura acadêmica elitista, posto que, para alguns, cria-se a ficção que os de “baixo” podem chegar a um patamar de excelência. Expande-se para a ideologia da gestão do ensino superior a mesma ilusão que um dia marcou a relação da “periferia com o centro”. (NEVES 2005 *apud* AMARAL, 2012, p. 231).

Isso tem consequências importantes para o Serviço Social que amadurece no curso também desses anos acalentando uma vida intelectual teoricamente consistente, crítica e permeada pelo debate plural. Mas, a realidade dura salta à frente exigindo novos arranjos políticos com outros segmentos acadêmicos. Na realidade, desde o início do século XX, o grande capital encontra na produção científica e tecnológica um alicerce de sustentação para sua reprodução em escala ampliada, impactando diretamente na organização e mercantilização do trabalho. As consequências desse projeto hegemônico recaem nos diferentes âmbitos da

---

trabalho. Com o desemprego estrutural em curso, essas medidas empurram os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora para níveis bárbaros de miserabilidade (BEHRINH; CISLAGHI; SOUZA, 2020).

vida social, desde a organização das bases produtivas no sistema econômico, até a organização política, social e do modo de vida/cultura dos trabalhadores.

Os impactos dessa política de desmonte para o Serviço Social, dentro dos espaços de formação, elucidam novas barreiras à produção e socialização do conhecimento científico e vêm demonstrando a importância de, apesar de toda precarização e dificuldades vivenciadas por docentes e pesquisadores nos seus espaços de trabalho, avançar na produção de estratégias que estejam cada vez mais afinados com as classes subalternas.

Na década de 1990, logo após o período de consolidação do debate acadêmico mais crítico, o assistente social passou a ser compreendido como um “intelectual orgânico da classe trabalhadora” e, como vimos, esse fato teve eco devido ao compromisso ético e político assumido pela categoria com as classes subalternas. Como profissional que atua na linha de frente nos principais espaços de políticas sociais públicas, “[...] desenvolvemos uma ação educativa na prestação de serviços sociais, para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos.” (IAMAMOTO, 2014, p. 618). No entanto, nas propostas iniciais de ruptura com o conservadorismo, o projeto profissional é identificado, sem mediações, com um projeto revolucionário mais amplo de cunho socialista. O debate crítico é apropriado por um viés militante (basista e espontaneísta) que ultrapassa as barreiras da atuação profissional. Aí está localizada a verdadeira tensão entre o projeto profissional e estatuto assalariado mencionado antes. Na leitura de Iamamoto (2007 p. 432),

[...] o desdobramento necessário dessa análise do trabalho profissional é tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores- e suas lutas-, que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo de capital fetiche. Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliado à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente à questão social.

Assim, o que se pretende afirmar é um projeto que, além de orientar a prática profissional a partir de um direcionamento único, seja capaz de garantir o processo formativo e o exercício profissional voltados para a compreensão das contradições da realidade concreta e, em alguma medida, as mediações que incidem sobre ela direta e indiretamente, superando a imediatividade da vida cotidiana.

### **3. OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO NO CONTEXTO DE CRISE PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS**

O perfil profissional formado a partir da conformação dessa política de educação que segue a passos largos nos últimos anos compromete a direção do projeto defendido nas diretrizes curriculares da ABEPSS, sobretudo pela relevância dos vetos que recebeu no texto original, onde o conteúdo da formação passa a ser responsabilidade da livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas (IAMAMOTO, 2007). Tal flexibilização reforça

princípios liberais garantindo o que conhecemos como “formação para o mercado”, cujas propostas não são ingênuas e livres de ideologias, ao contrário, é a mais clara proposta do Estado educador. Diante disso, Yamamoto (2007), ressalta que

[...] é fundamental contribuir para a análise das classes na história brasileira, densa de determinações étnico-raciais, regionais, culturais, rurais e urbanas, que resguarde a efetiva reciprocidade entre o conhecimento científico e as configurações da vida social. Entre outros termos, somos desafiados a integrar o pensamento teórico e as condições de existência social captada a partir da diversidade de posições que os homens ocupam nos quadros da estrutura social, o que implica o reconhecimento das diferentes visões de mundo daí derivadas, às quais não é imune o pensamento científico. Isso envolve a afirmação das concepções de totalidade e devir histórico. (IAMAMOTO, 2007, p. 469).

A autora sublinha a importância do maior acompanhamento do cotidiano dos conflitos de distintos segmentos das classes subalternas, assim como a reconstituição da memória de suas lutas, tendo em vista que o Serviço Social tem no seu exercício profissional o privilégio da proximidade com a vida cotidiana dessas classes. Assim, responder às demandas oriundas das classes subalternas e construir um trabalho com direção política classista requer, no sentido da autora, mover-se das amarras institucionais e governistas, - inclusive rompendo com as fronteiras do Estado (*stricto*), enquanto aparelho burocrático que reduz a profissão à assistência social ou mero assistencialismo -, para a inserção em espaços estratégicos, a partir de sua autonomia profissional. Esse é um pré-requisito fundamental para sintonizar o projeto profissional com as efetivas necessidades dos trabalhadores, e com as organizações e movimentos sociais por meio dos quais se expressam coletivamente (IAMAMOTO, 2007), criando novas estratégias contra hegemônicas a partir da experiência de classe desses sujeitos.

Essa compreensão sinaliza os rumos possíveis para a profissão, considerando-se a conjuntura profundamente depredadora do (ultra)neoliberalismo e que também intercepta o PEP na medida em que transforma as condições concretas das instituições de ensino e de prestação de serviços sociais com consequências para o mercado de trabalho, assim como para a formação de um novo perfil profissional.

O cenário de crise capitalista impacta todos os âmbitos da vida social, e, para as classes subalternizadas impõe medidas de intensificação e precarização do trabalho, assim como de exigências cada vez mais amplas para a execução de tarefas que não lhes competia *a priori*, a chamada “polivalência profissional” ou, em outros termos, “[...] a adoção de estratégias de redução do trabalho pago e ampliação do trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalhador assalariado.” (RAICHELIS, 2013, p. 618).

Essa problemática, além de atingir os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora assalariada e atuante no setor de serviços, atinge diretamente seus espaços ocupacionais concentrados em sua maioria no setor público – onde desempenham tarefas de gerenciamento e execução de políticas sociais.

Os profissionais são impulsionados a desempenhar funções burocratizantes e que não agregam conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade



dos usuários e seus territórios de vivência, rebaixam a qualidade do trabalho técnico e impedem que profissionais especializados possam realizar o trabalho intelectual nuançado para o qual estão (ou deveriam estar) capacitados a produzir. (RAICHELIS, 2013, p. 624).

O trabalho de “linha de frente”, com propostas alternativas orientadas pela dimensão pedagógica que nos compete, fica claramente comprometida em sua perspectiva emancipatória e democratizante. Assim, o que temos acompanhado, não só através de pesquisas veiculadas que abordam o mercado de trabalho profissional, mas também, no âmbito da formação, através de disciplinas práticas que envolvem o treinamento profissional- como as disciplinas de estágio- é o acelerado retorno à tecnificação e ao pragmatismo para atender as novas requisições do mercado de trabalho que seguem, nesse caso, o novo padrão assumido por tais políticas e programas sociais espreado-se também para o setor de serviços<sup>166</sup>.

No âmbito da atuação, os desdobramentos da precarização do ensino, nesses moldes, envolvem a despolitização da categoria, decorrentes, ainda, do isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e da falta de experiências estudantis na vida universitária.

[...] a metamorfose na situação de classe dos estudantes, também pode significar, a criação de uma ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Assim, pode também representar para o profissional um reforço à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração. (IAMAMOTO, 2014, p. 629).

O acesso precarizado ao ensino tem inúmeras consequências à formação profissional e, acrescido à crise atual, traz inúmeros desafios também ao trabalho profissional, o que aumenta potencialmente a necessidade de reafirmar a direção social estratégica do projeto profissional e o diálogo com a pesquisa da realidade vivida e representada pelas classes. Além disso, é preciso destacar a relevância do estatuto teórico da profissão afinado com a possibilidade da inserção desses sujeitos nos espaços de produção de conhecimento para consequentemente reafirmar um trabalho qualificado e comprometido.

---

<sup>166</sup>Raichelis (2013, p. 626) destaca em seu estudo uma série de pesquisas realizadas sobre mercado de trabalho do assistente social na primeira década dos anos 2000, e destaca que as principais estratégias de precarização em diferentes espaços sócio-ocupacionais, com destaque para a saúde com a entrada das “[...] fundações e das Organizações Sociais (OS) para a gestão do trabalho e prestação dos serviços; no campo sócio-jurídico assistentes sociais terceirizados como prestadores de serviços mediante recibo de firmas individuais (PJ), são contratados para realizar laudos e produzir relatórios, e até mesmo subcontratam outros assistentes sociais para a realização de algumas atividades, como as visitas domiciliares, configurando-se, portanto, a quarteirização dos vínculos trabalhistas; Na política de assistência social, nos marcos da implantação do Sistema Único de Assistência Social — Suas, e dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, estados e municípios se utilizam de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de entidades privadas, ONGs ou “cooperativas” de trabalhadores para a contratação de profissionais na prestação de serviços socioassistenciais, sob o discurso de falta de recursos para a criação de cargos; além de empresas privadas de consultoria que contam com subcontratação e terceirização da quase totalidade de profissionais da área de Serviço Social, psicologia, direito entre outras, que prestam serviços na modalidade ‘consultoria externa’.”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta que envolve a defesa e fortalecimento das políticas sociais e, como tratamos aqui, da política de educação especificamente, é dialética e contraditória se consideradas dentro dos parâmetros do capitalismo, a saber: fortalece os interesses hegemônicos do grande capital conservando apenas os mínimos necessários para a reprodução da força de trabalho, no caso da Seguridade Social, por exemplo, assim como para a formação de perfis profissionais que atendam as necessidades imediatas do mercado de trabalho, na política educacional. Por outro lado, não podemos perder de vista que se configura como uma arena de disputa de projetos, onde, é possível a construção de estratégias de tensionamento e de espaços de resistência com viés de classe e contra hegemônicas, não só para a construção de conhecimento e de uma ciência comprometida com as necessidades das classes subalternas, mas também, a partir da inclusão de parcelas dessas classes na construção desses espaços de poder pelo viés da garantia do direito.

Para a formação dos assistentes sociais nesse patamar é que consideramos fundamental retomar, em profundidade, a apropriação do marxismo e considerar a cultura dos subalternos e os diversos aspectos que envolvem seu cotidiano e suas lutas. Ainda que desde os anos de 1990 a cultura dos subalternos apareça sinalizada no debate profissional, pouco se avançou, em termos de apreensão teórica e metodológica mais crítica, o que compromete, de certo, e aprisiona os objetos de pesquisa em visões reducionistas e pouco vinculados a uma leitura de totalidade dos fenômenos sociais e do modo de vida. Trata-se, portanto, de recompor o projeto intelectual na profissão na direção do aprofundamento teórico consistente.

Ribeiro (2020) destaca como um desafio posto à categoria profissional, em pesquisa recente<sup>167</sup>, o avanço dos estudos e das pesquisas para a produção de conhecimento considerando a interface com os Estudos Culturais e com a categoria cultura a partir de uma abordagem crítica. Ainda que a produção crítica sobre as políticas sociais e o trabalho tenha sido fundamental, ao longo dessas décadas deixamos na penumbra a dimensão da cultura como modo de vida, numa apreensão de totalidade.

Algumas mediações para essa análise passam a ser essenciais para dar materialidade a esses estudos no âmbito do Serviço Social, como por exemplo, a questão nacional, a formação social brasileira, envolvendo aspectos relacionados à formação do senso comum, da ideologia dominante, de especificidades da sociedade de massas, entre outros. Tais mediações podem ganhar uma análise densa e estratégica a partir dessa ótica para a conformação da sociabilidade como campo de expressão de alienação e rebeldia, podendo apresentar um

---

<sup>167</sup>A pesquisa que culminou na tese de doutoramento já citada, fornece dados que apontam e justificam a incipência dos estudos em cultura no debate acadêmico do Serviço Social. A partir das formulações teóricas de Antonio Gramsci e dos autores da Nova Esquerda (que encontram no filósofo sardo uma referência teórica central), a autora reconhece que o mundo da cultura ganha novo fôlego, fomentando estudos sobre a temática no âmbito do marxismo. Para isso, aprofunda os estudos em cultura e destaca a importância da categoria para o debate acadêmico do Serviço Social. A hipótese da tese é que o amadurecimento científico e político do Serviço Social brasileiro nas últimas 4 décadas, não foi acompanhado da devida atenção à dimensão da cultura. Dessa forma, parte da premissa de que isso derivou da maior expressão do chamado “marxismo vulgar” na profissão e da incompreensão e desconhecimento da rica contribuição de marxistas de relevo como A. Gramsci, Edward Thompson e Raymond Williams, especialmente no que concerne o debate de cultura como modo de vida.

caminho a ser construído e/ou intensificado em outros aspectos que, porventura, já estejam contemplados no debate acadêmico hegemônico contemporâneo.

Pensar o momento atual e os desafios postos à profissão nessa dimensão é uma tarefa urgente e que nos impõe uma complexa gama de desafios, não só pela natureza da profissão e seu vínculo de classe assumido ao longo dessas últimas décadas, mas também pela cultura que marca esse momento histórico, delineando modos de vida que expressam características desses novos tempos, como o individualismo, a competição e a diluição de projetos coletivos mais amplos. O sentimento de derrota provocado por esses novos tempos ao passo em que nos levam a certa “atomização coletiva”, nos lembram a todo momento que a única saída é construir um projeto alternativo ao que nos vem sendo imposto há algum tempo. Obviamente, o neoliberalismo ainda não destruiu por completo as propostas de Estado Social em algumas sociedades, que ainda se mantêm em certa medida, graças ao movimento de resistência dos de baixo. Na sociedade brasileira a ameaça a reprodução da força de trabalho se atualiza de tempos em tempos e no ultraneoliberalismo atual se intensifica. Mas não sem resistência.

A construção de uma nova hegemonia abarca transformações não somente nas esferas político-econômica, mas também nos campos cultural, intelectual e moral. E aqui se destaca o papel dos intelectuais na formação de uma consciência coletiva, pois, como educadores e “persuasores” permanentes, contribuem para forjar a emergência de uma nova cultura política. A questão que se coloca é: qual cultura política vem sendo construída pelos intelectuais da classe trabalhadora?

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**: Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em: [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br). Acesso em: 24 ago. 2019.

ABEPSS. **Relatório GTPS sobre os Fundamentos do Serviço Social**: Brasília: ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-3/>. Acesso em: 20 set. 2019.

AMARAL, A. S. do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802012000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200009). Acesso em: 15 set. 2018.

BEHRING, E.; CISLAGHI, J.; F., SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In*: BRAVO, M. I.; MATTOS, M. E.; FREIRE, S. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103-122. Disponível em: [https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35e7c6\\_2da984d26e504f26b6ff6b82e138a90ac.pdf#page=103](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26b6ff6b82e138a90ac.pdf#page=103). Acesso em: 20 jul. 2022.

CARDOSO, F., G. Aportes da teoria social de Marx e da tradição marxista para pensar o serviço social em sua configuração totalizante no Brasil contemporâneo. *In*: VII

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, **Anais** [...]: Maranhão: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/perspectivas-do-pensamento-critico-no-servico-social-na-america-latina.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CFESS. Relatório Final do 48º Encontro Nacional. **CFESS/CRESS**, 5 de set. 2019. Brasília. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? **Revista Novos Rumos**, São Paulo v. 49, n. 1, p. 117-126, 2012.

CAPES. **Documento de área e Comissão da Quadrienal 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/DOC\\_SERVICO\\_SOCIAL\\_01\\_11.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf). Acesso em: 28 maio 2020.

FERNADES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUERRA, Y. D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporális**, Brasília: ABEPSS, v. 11, n. 22, p. 125-158, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** - Ensaios críticos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea: **direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

MEC/INEP. **Relatório Síntese ENADE 2018**. Área: Serviço Social: Brasília: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2018/Servico\\_Social.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Servico_Social.pdf). Acesso em: 20 ago. 2019.

KOIKE, M. M. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-226.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e Educação.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-26, 2013.

MAUÉS, O. A Educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização? **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ANDES, ano XV, n. 37, p. 81-92, 2006.

MOTA, A. E. Expropriações contemporâneas: Hipóteses e reflexões. *In*: BOSCHETTI, I. (org). **Expropriações e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. **Direitos Sociais e Competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009b.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. Expressão Popular, São Paulo, 2011.

NEVES, L. M. W.; SANT'ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

RAICHELLES, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, out./dez. 2013. P. 609-635. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400003>. Acesso em: 29 ago. 2018.

RIBEIRO, R. **A dimensão da cultura no debate acadêmico de Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014).** 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.